

TRANSFORMAÇÕES
DO ESTADO E
INFLUÊNCIAS NAS
POLÍTICAS
EDUCACIONAIS
NO BRASIL

Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

Editora Executiva

Prof.ª. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof.ª. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof.ª. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof.ª. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof.ª. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof.ª. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof.ª. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof.ª. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof.ª. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Prof.ª. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof.ª. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Prof.ª. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof.ª. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof.ª. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof.ª. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Jefferson Carriello do Carmo
Regina Tereza Cestari de Oliveira
Celeida Maria Costa de Souza e Silva
(organizadores)

TRANSFORMAÇÕES
DO ESTADO E
INFLUÊNCIAS NAS
POLÍTICAS
EDUCACIONAIS
NO BRASIL

MERCADO®
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Transformações do Estado e influências nas políticas educacionais no Brasil / Jefferson Carriello do Carmo, Regina Tereza Cestari de Oliveira, Celeida Maria Costa de Souza e Silva, (organizadores). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2016. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Vários autores.

ISBN 978-85-7591-449-6

1. Educação 2. Escolas – Organização e administração 3. Estado 4. Políticas educacionais 5. Políticas públicas 6. Professores – Formação profissional I. Carmo, Jefferson Carriello do. II. Oliveira, Regina Tereza Cestari de. III. Silva, Celeida Maria Costa de Souza e. IV. Série.

16-06730

CDD-379

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas educacionais : Educação 379

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide

foto: Marina Meirelles Gomide

preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

SETEMBRO/2016

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 7

capítulo 1

DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL
E RESPONSABILIZAÇÃO MUNICIPAL: IMPLICAÇÕES
PARA O TRABALHO DOCENTE 13

Elisangela Alves da S. Scaff e Elis Regina dos Santos Viegas

capítulo 2

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA: AVANÇOS E DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO
DO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR,
NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. 35

Bartolina Ramalho Catanante e Vilma Miranda de Brito

capítulo 3

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A POLÍTICA DE
FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA. 61

Celeida Maria Costa de S. e Silva e José Moacir de Aquino

capítulo 4

PROPOSIÇÕES DO BANCO MUNDIAL
E DA OCDE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA
PÚBLICA OBRIGATÓRIA. 89

Maria Abádia da Silva e Rodrigo da Silva Pereira

capítulo 5

PLANEJAMENTO E GESTÃO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL 119
Regina Tereza Cestari de Oliveira e Ester Senna

capítulo 6

O ESTADO BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO PARA
ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS: A INSTITUIÇÃO
PRIVADA NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA. 147
Mônica de Carvalho M. Kassar e Rosalba M. Cardoso Garcia

capítulo 7

AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO
E A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: RELAÇÕES ENTRE PODER
PÚBLICO E SETOR PRIVADO NA IMPLANTAÇÃO DE UMA
POLÍTICA EDUCACIONAL 167
Theresa Adrião e Teise Garcia

capítulo 8

A EDUCAÇÃO INFANTIL EM MATO GROSSO
DO SUL E OS DESAFIOS PARA OS PLANOS
ESTADUAL E MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO 193
Mariete Felix Rosa e Marta Regina Brostolin

capítulo 9

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA, NO CONTEXTO DAS
TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO DA NOVA
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E
DAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS 219
Jefferson Carriello do Carmo

capítulo 10

POLÍTICA EDUCACIONAL SUPERIOR NO BRASIL:
REFORMA DO ESTADO E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA . . . 247
Andréia da Silva Q. Sousa e Carina Elisabeth Maciel

SOBRE OS AUTORES. 273

INTRODUÇÃO

No atual contexto do capitalismo, marcado por intenso processo de globalização econômica e financeira, é possível perceber, utilizando as palavras de Mészáros (2003, p. 29), que “Sua principal dimensão é o sempre crescente envolvimento direto e indireto do Estado em salvaguardar a continuidade do modo de reprodução do metabolismo social do capital”. Em outras palavras, “O Estado, portanto, é um partícipe intrínseco da lógica do capital” Nesse sentido, “Enquanto Estado capitalista e do capital, esta instituição vem demonstrando ter um fôlego razoável, pois atravessou o século XX sobrevivendo às crises do modo de produção capitalista e renovando suas políticas sócias” (Sanfelice 2003, pp. 162-163).

Assim, evidenciam-se, nesse contexto de desenvolvimento histórico, alterações nas funções do Estado, decorrentes da crise estrutural do capital (Mészáros 2003), com repercussões nas políticas sociais, no caso, nas políticas educacionais, formuladas ou reformuladas, pelos Estados.

A proposta de organização dessa coletânea, portanto, como enuncia o título, é discutir as transformações do Estado e suas influências nas políticas de educação brasileira. Para tanto, o livro reúne capítulos de pesquisadores de diferentes instituições de educação superior do país, que a partir do seu lugar de pesquisa buscam refletir e apresentar resultados de pesquisa sobre essa temática.

Os capítulos enfatizam as políticas voltadas para os níveis (Educação Básica e Educação Superior), etapas e modalidades da educação brasileira e trazem diferentes eixos para o debate. Assim, garante-se a articulação entre esses capítulos, na medida em que o foco central é o Estado brasileiro, como organizador e regulador das políticas educacionais, no contexto de mudanças sócio econômicas.

Elisângela Alves da Silva Scaff e Elis Regina dos Santos Viegas iniciam com o capítulo *Descentralização da Política Educacional e Responsabilização Municipal: implicações para o trabalho docente* e discutem a relação entre o pacto federativo estabelecido na Constituição Federal de 1988, por meio do regime de colaboração entre as três esferas administrativas (federal, estadual e municipal) e o processo de descentralização da educação brasileira. Abordam os efeitos desse processo para a educação municipal que transferiu para as administrações locais e para a escola, responsabilidades antes do governo federal, e suas consequências para o trabalho docente, frequentemente responsabilizado pelos resultados estatísticos alcançados pelas instituições por meio de testes e provas nacionais em larga escala. As autoras assinalam as transformações que ocorreram no sistema público de ensino no Brasil a partir dos anos de 1990, marcados pela redefinição do papel do Estado, por sua vez, mais regulador e avaliador do que executor das políticas educacionais.

No segundo capítulo, *Formação de Professores da Educação Básica: avanços e desafios da implantação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, no Estado de Mato Grosso do Sul*, Bartolina Ramalho Catanante e Vilma Miranda de Brito, apresentam uma reflexão sobre a política nacional de formação de professores e focalizam o processo de implantação e implementação do PARFOR pelas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Mato Grosso do Sul. Indicam avanços resultantes da implementação do Plano, mas também limites no que diz respeito à organização dos cursos de formação pelas IES e asseguram que para a melhoria na qualidade do ensino, além da formação inicial e continuada consistente aos professores,

são essenciais: a valorização profissional e condições de trabalho adequadas.

Na sequência, Celeida Maria Costa de Souza e Silva e José Moacir de Aquino, no capítulo intitulado *O Plano Nacional de Educação e a Política de Formação Docente para a Educação Básica*, abordam a temática formação e trabalho docente, foco de interesse de grupos diversos ligados ou não, à área educacional e que comumente tem sido apontada como condição essencial para a melhoria da qualidade de ensino na educação básica. Os autores consideram que a responsabilidade pelo desempenho (êxito ou fracasso) nas redes de ensino não pode ser atribuído ao professor. Mostram que múltiplos fatores colaboram para isso, a saber: as políticas educacionais postas em ação, a formação dos gestores, o financiamento da educação, a estrutura e gestão das escolas, a condição de trabalho dos professores nas escolas dentre outros. Assim, no artigo em questão, analisaram as metas e estratégias de formação docente para a educação básica no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

O quarto capítulo de Maria Abádia da Silva e Rodrigo da Silva Pereira *Proposições do Banco Mundial e da OCDE para a Educação Básica Pública obrigatória*, parte da premissa que a educação básica pública integra a dinâmica do movimento societal geral e, que a partir dos anos 1990, o Banco Mundial (BM) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), induzem os países-membros a adotar determinadas políticas para a educação básica pública. A partir dessa avaliação problematizam: de que maneira o Grupo Banco Mundial e a OCDE atuam para transformar a educação básica pública em um setor rentável para o capital? A partir de 2003 quais são as propostas do BM e da OCDE para educação básica pública? Como se materializa a atuação política desses organismos na educação básica?. Concluem que estes organismos multilaterais desenvolvem políticas e programas que buscam interferir na conformação dos sistemas educacionais e na formação humana, liderando um processo de produção e reprodução ideológica nas instituições educativas dos países-membros.

No capítulo seguinte, *Planejamento e Gestão da Educação Básica no Brasil*, Regina Tereza Cestari de Oliveira e Ester Senna enfatizam o planejamento governamental, a partir do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 e apresentam resultados de pesquisa sobre o processo de elaboração do PAR na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Mostram que o PAR é um instrumento operacional do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo decreto 6.094, de 2007, integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no segundo mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010). Enfatizam que a União elaborou e orientou a implantação de ações nos municípios e estados do país, mediante elaboração desse instrumento. Buscam, assim, problematizar os mecanismos de centralização, descentralização, democratização da gestão e o princípio da participação para efetivação de políticas para a Educação Básica em curso no Brasil e assinalam que no contexto de relações capitalistas, projetos educacionais com modelos de gestão democrática e gestão gerencial estão em constante disputa.

Mônica de Carvalho Magalhães Kassar e Rosalba Maria Cardoso Garcia escrevem o sexto capítulo *O Estado Brasileiro e a educação para alunos com deficiências: a instituição privada no contexto da política de educação inclusiva* e analisam o lugar que assume a instituição privada na política educacional atual, considerando-se as relações do Estado brasileiro na articulação entre o setor público e o setor privado e a perspectiva de atendimento educacional proposto a essa população nas escolas públicas. Para tanto, analisam dados de matrículas de alunos com deficiências no Brasil, fornecidos pelo INEP, desde o ano de 2007. Argumentam que o papel das instituições de educação especial nas políticas de perspectiva inclusiva se mantém como linha complementar ao atendimento público uma vez que tais instituições foram reorganizadas nos processos de privatização da educação no Brasil.

No sétimo capítulo *As reformas educacionais no Estado de São Paulo e a Escola de Tempo Integral: relações entre poder público e setor privado na implantação de uma política educacional*, Theresa Adrião e Teise Garcia apresentam e analisam resultados de pesquisa “Gestão privada da educação pública: um olhar

sobre o modelo de “*charters school*” nos EUA e sua aproximação para a realidade brasileira”. As autoras focalizam o programa desenvolvido no Estado de São Paulo, ou seja, o *Programa Ensino Médio Integral*, lançado em 2011 e alterado já no ano seguinte, entre os vários aspectos, quanto ao caráter da oferta que passou a ser direcionada também ao Ensino Fundamental no contexto da reforma educacional. Analisam que a proposta para a educação pública com a presença do setor privado, implica mais do que a lógica própria à administração empresarial que a história da educação escolar já carrega, implica mais uma das formas complexas de privatização da educação pública.

O capítulo escrito por Mariete Felix Rosa e Marta Regina Brostolin, *A Educação Infantil em Mato Grosso do Sul e os desafios para os Planos Estadual e Municipais de Educação*, apresenta as implicações e os desafios para a elaboração de políticas públicas para a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica. As autoras discorrem sobre as fragilidades dos programas para crianças de zero a cinco anos e afirmam que são fragmentados e antagônicos e que continuam os embates entre educação e assistência. Outra situação indicada pelas autoras é que ainda há professores sem formação adequada atuando na educação infantil no Estado de Mato Grosso do Sul. Assim, sugerem uma política mais expressiva, a partir das metas definidas no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (PEE/MS).

No capítulo de Jefferson Carriello do Carmo *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, no contexto das transformações do Estado da nova organização do trabalho e das Políticas Industriais* **centra na análise da** criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. O autor parte da hipótese de que essa criação pode ser uma possível resposta do Estado em transformação, por meio da lei do valor, às novas formas de organização do trabalho, tendo em vista o desenvolvimento econômico local. A organização do texto foi constituída por duas ordens de situações: a socioeconômica e a legislativo-histórica. Na primeira identificou, nas últimas décadas, elementos centrais no processo de reorganização/reestruturação produtiva, demonstrou como esse processo vem afetando, metamorfoseando e transformando o mundo do trabalho

no Brasil. Quanto às políticas industriais identificou várias ações do governo federal para tornar mais densa a estrutura industrial do país com a implantação de segmentos industriais mais complexos, tendo em vista a nova lógica econômica internacional. A segunda ordem se desenvolveu no contexto conjuntural socioeconômico em que foi efetivada a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O capítulo que finaliza a coletânea, de autoria de Andréia da Silva Quintanilha Sousa e Carina Elisabeth Maciel *Política educacional superior no Brasil: reforma do Estado e a Educação a Distância*, discute a política de educação superior no Brasil na dinâmica histórica de médio prazo, levando em consideração as mudanças econômicas, políticas e sociais em curso e as reformas institucionais advindas da Reforma do Estado brasileiro implementadas, a partir da década de 1990. O argumento central das autoras é de que nas últimas duas décadas as universidades brasileiras voltaram-se para às demandas do mercado, à democratização do acesso e à expansão via modalidade a distância, enfatizada no capítulo.

Os artigos dos pesquisadores trazem importantes contribuições para o debate e aprofundamento sobre o papel do Estado e as políticas educacionais em curso no Brasil, nos convidam a refletir e instigam novos estudos sobre a temática.

Referências

- MÈSZAROS, I. (2003). *O século XXI: socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo.
- SANFELICE, J. L. (2003). “Estado e política educacional”, in: LOMBARDI, José Claudinei (org.) *Temas de pesquisa em Educação*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR; Caçador: UNC.